

CRESC ALGARVE 2020

RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO 2017

**Programa Operacional Regional do
Algarve 2014-2020**



Apresentação do Programa

O **CRESC Algarve 2020 – Programa Operacional Regional do Algarve** (<https://algarve2020.pt/info/>), é um instrumento de financiamento de apoio ao desenvolvimento regional do Algarve para o período 2014-2020, integrado no Acordo de Parceria **Portugal 2020** (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020>), aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10189, em 18 de dezembro de 2014.

O Programa Operacional tem como principais **Linhas Estratégicas de Intervenção**:

Inovação e Diversificação – Alargar a base económica empresarial, reforçando o emprego e a valorização dos recursos endógenos, no âmbito da variedade relacionada dos setores da RIS3 regional e fomentar a inovação tendo em vista a melhoria da produtividade e sustentabilidade económica, reduzindo o impacto sazonal e incrementando a qualidade de vida dos cidadãos e das famílias;

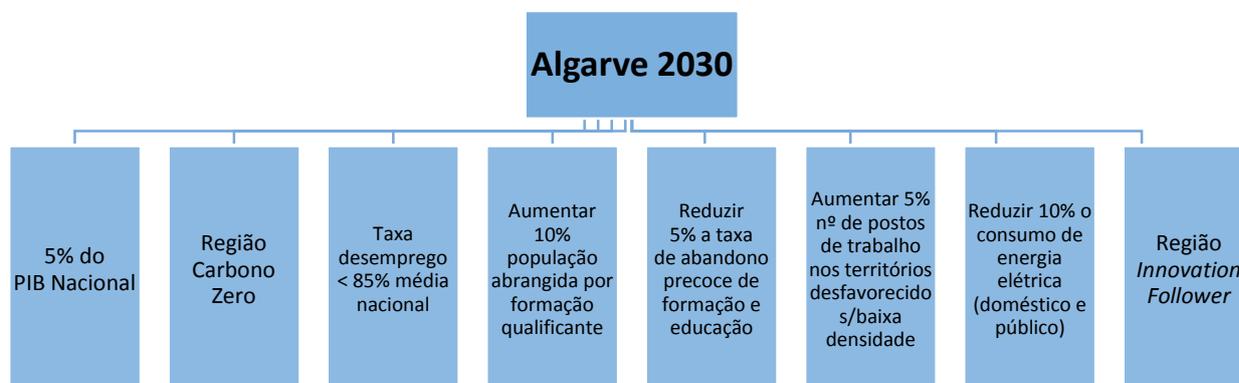
Competitividade Internacional – Reforçar as cadeias de valor das atividades consolidadas e emergentes identificadas pela RIS3 regional, em forte articulação com o *cluster* do Turismo e do Lazer, reforçando o posicionamento exportador da Região e o aumento da produção de bens e serviços transacionáveis;

Valorização Territorial – Reforçar o papel do território como fator competitivo e diferenciador, afirmando a identidade regional e a excelência dos recursos naturais. Criar condições para a emergência de ofertas inovadoras no contexto da economia verde, na melhoria da eficiência energética e na qualificação e racionalização do uso dos recursos territoriais e da paisagem;

Coesão e Inclusão – Reduzir as disparidades territoriais, intervindo conjuntamente nas dimensões económica, social e ambiental, garantindo um território mais coeso e uma rede urbana mais competitiva, promotora de uma utilização mais racional e sustentável do território e dos recursos.

Capacitação para a Empregabilidade – Ajustar e reorientar as competências regionais para a empregabilidade através de respostas criativas e inovadoras quer no âmbito social e de proximidade, quer nas ofertas especializadas ou avançadas, reforçando ofertas qualificantes e melhorando o desempenho das organizações e a prestação de serviços às empresas e aos cidadãos, reduzindo os custos de contexto e promovendo a capacitação e a participação de parcerias em redes nacionais ou internacionais.

Com a implementação do Programa pretende-se que o Algarve chegue a **2023** como **uma região mais competitiva, empreendedora e sustentável**, atingindo os seguintes **objetivos**:



O Programa Operacional encontra-se estruturado em **9 Eixos Prioritários**:

Eixo Prioritário 1: PROMOVER A INOVAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO REGIONAL

Objetivo Temático 1 – Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação com intervenção do FEDER na região do Algarve.

A afirmação internacional do conhecimento de excelência produzido na região tem sido um longo processo, dada a reduzida dimensão da massa crítica, agravada pelo posicionamento excêntrico aos principais centros de dinâmica empresarial. Torna-se fundamental a consolidação e criação das redes e infraestruturas de conhecimento que promovam a gênese de massa crítica relevante no âmbito da RIS3 regional. O baixo nível de despesa em I&D, concentrada no ensino superior, decorre da forte especialização nos serviços, existindo dificuldades em captar e dinamizar investimento empresarial focado na inovação aplicada e na promoção da I&D empresarial, em particular nas prioridades temáticas mar, agroalimentar, saúde, TIC e energias renováveis.

Eixo Prioritário 2: APOIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO, A COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E O EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO

Objetivo Temático 3 – Melhorar a competitividade das PME, com intervenção do FEDER na região do Algarve.

A redução da “sobre especialização” económica do Algarve e a promoção de novas iniciativas empresariais, em particular nas atividades prioritárias da RIS3 regional, são fundamentais para fomentar o empreendedorismo qualificado através do apoio a projetos individuais e a programas e ações estruturadas de cariz coletivo. O relançamento da economia regional e da criação de emprego implica investimento inovador ao nível do processo, de produtos e de serviços, bem como a melhoria da generalidade dos fatores dinâmicos de competitividade em todas as áreas funcionais das empresas.

Eixo Prioritário 3: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA DOS RECURSOS

Objetivo Temático 4 – Apoiar a mudança para uma economia de baixo teor em carbono, com intervenção do FEDER na região do Algarve.

O Algarve apresenta um balanço energético negativo e regista perfis de consumo de energia crescentes. Embora cerca de 95% dos 10,8 Mw de energia elétrica gerada na região (2016) resulte de fontes renováveis, existem recursos com potencial significativo para aumentar o volume de produção regional. A fatura energética é elevada e absorve valor, reduzindo a capacidade de investimento público e privado, prejudicando a competitividade das empresas e o desempenho da economia regional. Uma intervenção integrada neste domínio promove a sustentabilidade e contribui para a redução das emissões de CO₂, pela promoção de consumos mais eficientes e por hábitos de vida e de mobilidade com menos carbono.

Eixo Prioritário 4: REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO TERRITÓRIO

Objetivo Temático 6 – Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos, com intervenção do FEDER na região do Algarve.

O território é um fator de competitividade do modelo regional de desenvolvimento económico. Os recursos patrimoniais, naturais ou construídos, são base da experiência turística e suporte da afirmação da identidade e da cadeia de valor. A sua degradação, abandono e perda de biodiversidade, põe em causa a capacidade de afirmação e atratividade, sendo urgente promover a valorização e animação dos recursos, num quadro de diversificação da oferta regional, integrando igualmente os recursos endógenos, ativos na afirmação da identidade e da competitividade. Pretende-se igualmente reforçar as componentes de reabilitação urbana do edificado e dos espaços públicos, modernizando-os, promovendo as condições para o uso de modos de deslocação menos utilizadores de carbono e apostando na inclusão e melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano.

Eixo Prioritário 5: INVESTIR NO EMPREGO

Objetivo Temático 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.

A intervenção neste domínio torna-se fundamental como mecanismo para concretizar os instrumentos de apoio à criação de novos empregos e para combater o desemprego, potenciando a integração no mercado de trabalho e a redução de obstáculos à mobilidade geográfica interna, parcialmente responsável pelo desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, com respostas específicas ao nível das políticas ativas de emprego e da promoção do micro empreendedorismo, alavancado, por exemplo, nos investimentos públicos realizados nos territórios rurais e de baixa densidade abrangidos pelo Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos.

Eixo Prioritário 6: AFIRMAR A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Objetivo Temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.

A natureza multifacetada da pobreza e da exclusão social e o difícil contexto económico vivido no País exigem estratégias integradas que promovam a inclusão social e a participação plena na sociedade de todos os cidadãos. Para tal é necessário fomentar respostas dirigidas à crescente diversidade/multiculturalidade das sociedades, criando pontes entre as diferentes pessoas e comunidades, promovendo o conhecimento mútuo, a coesão social e prevenindo conflitos, nomeadamente na capacidade de resposta e condições dos equipamentos nas áreas sociais e de saúde.

Eixo Prioritário 7: REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS

Objetivo Temático 10 – Investir na educação, na formação, e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.

No quadro das metas da Estratégia Europa 2020 que se focam na educação, pretende-se contribuir para o objetivo de “mais e melhor” educação, combatendo o abandono escolar, e reforçando a aprendizagem ao longo da vida e melhorando também as condições nas escolas de ensino básico da Região.

Eixo Prioritário 8: MODERNIZAR E CAPACITAR A ADMINISTRAÇÃO

Objetivos Temáticos 2 – Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade, e 11 – Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, com intervenção do FEDER e do FSE na região do Algarve.

A Reforma da Administração é uma das prioridades do Governo vertida no Acordo de Parceria e que exige uma abordagem integrada, para reforçar a eficácia dos recursos a investir. Dois fatores surgem, no contexto deste Programa Operacional, como decisivos para obter uma Administração mais moderna e eficiente, a nível regional e local: o uso mais intensivo das TIC e a formação e capacitação dos recursos humanos e das instituições para poderem fornecer um serviço de maior qualidade.

Eixo Prioritário 9: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

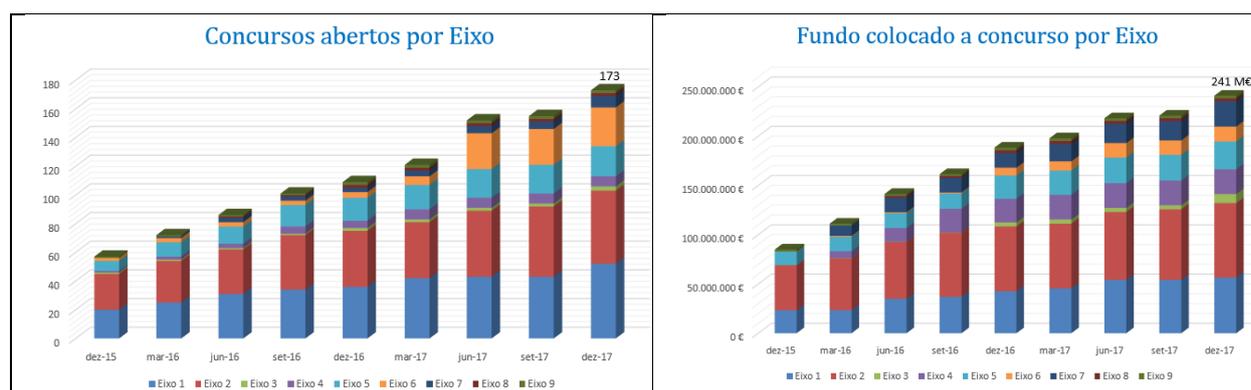
Através da assistência técnica, será possível dotar a Autoridade de Gestão dos meios necessários ao eficaz desenvolvimento das suas competências, designadamente, as que respeitam à realização das atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do respetivo Programa Operacional.

Em 24-10-2017, o Programa foi alvo de nova Decisão da CE (Decisão C (2017) 7192 final), com o objetivo de aprovar uma modificação da PI 4.3, do Objetivo Temático 4 - Apoiar a mudança para uma economia de baixo teor em carbono, que incidiu nas condições de acesso e formas de apoio à eficiência energética na Administração Pública.

ORÇAMENTO DO PO CRESC ALGARVE 2020			
Eixo Prioritário (EP)	FEDER (M€)	FSE (M€)	TOTAL (M€)
EP1. Promover a Investigação e a Inovação Regional	38,8		38,8
EP2. Apoiar a internacionalização, a competitividade empresarial e o empreendedorismo qualificado	85,7		85,7
EP3. Promover a sustentabilidade e eficiência dos recursos	20		20
EP4. Reforçar a Competitividade do Território	25		25
EP5. Investir no Emprego	12	34	46
EP6. Afirmar a Coesão Social e Territorial	12,5	31,2	43,7
EP7. Reforçar as Competências	10,5	21,1	31,6
EP8. Modernizar e Capacitar a Administração	9,8	8	17,8
EP9. Assistência Técnica	10		10
	224,3	94,3	318,6
TOTAL (FEDER + FSE)	318,6M€		
Acrescem as verbas da Iniciativa Emprego Jovem (3,9 M€) com gestão do PO ISE			

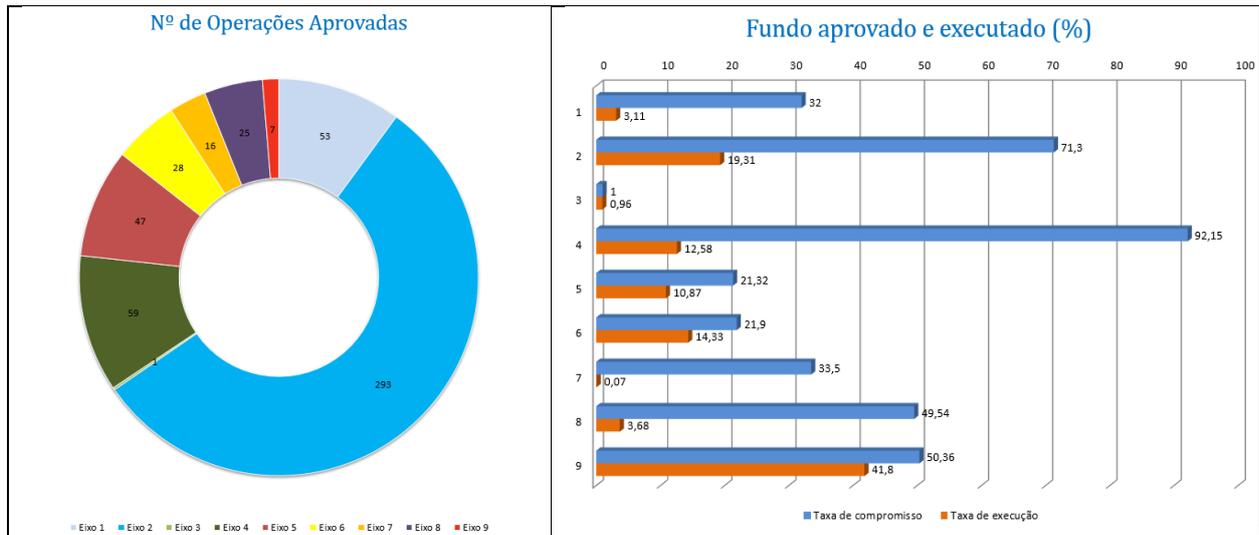
Síntese da Execução global e por Eixo Prioritário

Até ao final de 2017 foram abertos 173 avisos de concurso/convites para a apresentação de candidaturas, totalizando mais de 241 milhões de euros. Destes, os Eixos 1 e 2 congregam 97 avisos e cerca de 55 % do fundo colocado a concurso.



No seguimento destes concursos/convites foram submetidas 1734 candidaturas sendo que dessas, 529 encontravam-se aprovadas no final de 2017. A estas operações aprovadas está associado um Custo Total Elegível de 229,5M€ e um montante de fundo de 118,4M€ FEDER e 22,2M€ FSE, correspondendo a uma taxa de compromisso do PO de 44,1%.

A este montante aprovado correspondia, em final de 2017, um Custo Total Elegível executado de 50,6M€, com um fundo associado de 26,1M€ FEDER e 11M€ FSE, traduzindo-se numa taxa de execução do Programa Operacional de 11,7%.



As candidaturas aprovadas dizem respeito, na sua maioria, a projetos no âmbito do Eixo 1 e 2 (maioritariamente sistema de incentivos), correspondendo a 346 operações com um investimento elegível de 125,9M€ e com um FEDER aprovado de 73,5M€. A execução nestes dois Eixos, chegou aos 26,2M€, com um fundo de 17,7M€.

Destaque ainda para o Eixo 4 com 59 operações aprovadas, com um FEDER de 23M€ e uma taxa execução de 12,6%, associadas à área do Património e à Reabilitação Urbana e para o Eixo 5, com 47 operações aprovadas com um Investimento elegível de 12,7M€ (FEDER 1,8M€ e FSE 8M€), possuindo uma execução de 6,3M€, que se traduz numa taxa e 11%.

Resultados alcançados

Relativamente a progressos registados até ao final deste ano, são de destacar os seguintes indicadores:



O contributo do Programa Operacional em matéria de Alterações Climáticas ronda os 5,08% com um montante de apoio associado de cerca de 16,2 M€.

Em relação aos principais Domínios de Intervenção mobilizados até 31-12-2017, há a destacar em montante aprovado o “Investimento produtivo genérico em PME”, a “Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME” e os “Processos de investigação e inovação nas PME”.

Síntese dos principais problemas identificados que condicionaram os resultados e medidas adotadas

No que diz respeito aos problemas encontrados e medidas tomadas, destacam-se quatro grandes áreas que se sintetizam na tabela seguinte. As questões sinalizadas condicionaram a implementação do Programa, contribuindo em grande parte dos casos para os atuais níveis de execução do Programa, quer físico, quer financeiro.

Condicionantes ao arranque do PO

- Necessidade de Mapeamentos para infraestruturas nos domínios Cultura (Eixo 4), da Saúde e dos Equipamentos Sociais (Eixo 6), Educação (Eixo 7) e infraestruturas de C&T (Eixo 1 e 2), sendo que os dois últimos mapeamentos foram aceites pela CE já em 2017.
- Necessidade de preparação e aprovação prévia de Estratégias ou Planos: PI 9.6 e 9.10 (DLBC) – Eixo 6, a PI 4.5 (PAMUS) – Eixo 3, PI 6.5 (PARU) – Eixo 4 e a PI 8.9 (PADRE) – Eixo 5.
- Necessidades de avaliações ex-ante, condição para a implementação de algumas PI, que têm subjacente a utilização de IF (Eixo 2, 3 e 4).
- Definição das condições de apoio no âmbito da Eficiência Energética (Eixo 3), com alteração de legislação nacional, Regulamentos Específicos e Programa Operacional.

Questões programáticas e normativas

- Concentração de todas as intervenções dos domínios “Inclusão Social e Emprego” e “Capital Humano” no PO Regional, dado os Programas Temáticos não abrangerem a região, motivando uma grande diversidade de intervenções e minimizando o impacto dos apoios, com reflexo na execução dos Eixos FSE.
- Redefinição de medidas de política pública no âmbito da estratégia PT2020, com conseqüente atraso no plano de avisos programado (ex: Eixo 5 com as Políticas Ativas de Emprego, com reflexo ao nível dos Estágios e Apoios à Contratação ou no Eixo 7 com as diferentes fases do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar), bem como na sua implementação.
- Articulação nacional para a implementação das medidas de empreendedorismo no âmbito das PI 8.3 e 8.8 e das EDL, com elevado número de intervenientes na preparação dos instrumentos, o que motivou algum atraso na implementação das medidas e respetivos Eixos.

Sistemas de Informação

- A existência de um ponto único de entrada para os beneficiários/candidaturas – Balcão2020– implicou um esforço significativo para garantir os desenvolvimentos necessários à interoperabilidade entre os sistemas de informação, nomeadamente Balcão e back-office (BO) para o FEDER.
- O Sistema de Informação do FSE, tem apresentado alguns constrangimentos na disponibilização dos formulários de execução física/circuitos de análise de candidaturas e pedidos de reembolso. Esta situação tem sido alvo de trabalho conjunto e permanente entre ADC e AG.

Gestão e controlo do programa

- Estrutura de recursos humanos incompleta face ao número de elementos definidos regulamentarmente.

A Autoridade de Gestão tem acompanhado as questões acima identificadas, articulando sempre que possível com as entidades nacionais a resolução das mesmas.

Em paralelo, a Autoridade de Gestão preparou uma proposta de reprogramação do Programa Operacional Regional, alinhado com um exercício nacional de reprogramação do Portugal 2020. Esta proposta de

reprogramação visa efetivar ajustamentos internos à programação inicial do PO, tendo em vista a concentração de apoios financeiros, viabilizando uma maior eficácia das políticas públicas e estabilização de elegibilidades (com especial relevância no âmbito do FSE).

Esta proposta de reprogramação pretende igualmente ajustar os instrumentos disponíveis às características da procura verificadas na primeira metade da implementação do Programa e corrigir questões iniciais de sobredotação de verbas e de ambição para 2018, face aos constrangimentos decorrentes do modelo de governação.

A Autoridade de Gestão considera que a referida proposta de reprogramação contribuirá de forma positiva para a boa execução do Programa.

<https://algarve2020.pt/info/>

<https://www.portugal2020.pt/Portal2020>